

Índice

Severos com o passado, acrílicos com o nosso tempo.....	1
Cuidar das palavras, forma de resistência.....	2
“Cuatro teorías sobre la expresión artística”	4
“Bullshit: contra la charlatanería”	4

Severos com o passado, acrílicos com o nosso tempo

Existe hoje uma viva sensibilidade para [condenar condutas e ideias do passado](#), o que está a levar a [excluir certos livros](#) de centros de ensino ou bibliotecas. No entanto, os aspetos reprováveis de uma pessoa ou de uma obra não só não constituem motivos para a excluir, como muito menos nos devem impedir de aprender as coisas valiosas que nos podem transmitir. Além disso, uma abordagem contida aos livros de outros tempos pode ajudar-nos a entender melhor os preconceitos e limitações da nossa própria época.

Para pensar nestes assuntos são úteis muitas considerações feitas por Alan Jacobs em [“Breaking Bread with the Dead: Reading the Past in Search of a Tranquil Mind”](#), que poderíamos traduzir por “Sentando-nos à mesa com os mortos: conhecer o passado na procura de uma mente serena”.

Sem vontade de lhe fazer um comentário completo, aproveitarei ideias e citações suas para sublinhar tanto a importância de saber apreciar os méritos e a qualidade das obras antigas, sejam quais forem as nossas discordâncias para com eles e elas, como o interesse de que conseguir detetar preconceitos e limitações mentais em autores do passado nos pode alertar para o facto de na nossa época estarem igualmente presentes outros e outras.

Podemos começar por uma excelente comparação que Jacobs faz: a de que a leitura dos grandes livros do passado amplia a nossa “largura de banda”, a nossa capacidade de captar e

compreender os sinais que nos chegam. Jacobs explica bem que enquanto o futuro é um vazio, não existe e, portanto, dele não nos chega nenhum sinal, nem nos pode oferecer qualquer resistência, porque somos nós que o imaginamos na totalidade, o passado existiu realmente e está cheio de conteúdo e, portanto, ensina-nos coisas e faz-nos crescer graças ao facto de nos vir desafiar e incitar-nos a que façamos esforços para o compreender.

A este respeito, é útil recordar [Robert Spaemann](#) quando se interrogava se as gerações jovens deviam ser educadas contra o próprio tempo, e fazia um comentário que se nos pode aplicar a todos: “Jean Paul perguntava certa vez: ‘Deveríamos educar as crianças para a sua época, ou mais contra ela?’, para depois responder: Têm sempre de ser preparadas para enfrentarem o seu tempo, pois o tempo é tão poderoso que ele próprio já se cuida para que todos caminhem na sua direção”. Ou seja, se desejamos educar um jovem para ser livre, “então temos de educá-lo contra o seu tempo e os seus preconceitos”.

Pode acontecer, é verdade, que leiamos um livro cujo autor, na nossa opinião e na opinião de pessoas que sabem mais do que nós, defende ideias que nos parecem execráveis; mas a nossa reação perante isso não deve ser a de ignorá-lo e insultá-lo mas, em primeiro lugar, a de tentar compreendê-lo.

Evidentemente, porque, por vezes, as coisas não são como nos parecem. Mas também porque, mesmo no caso de o serem, é bom dar-nos conta de que as grandes mentes cometem erros e têm pontos em branco; de que ninguém pensa bem sobre todas as coisas, nem pensa bem sobre todas as coisas que pensa; de que todos vivemos com ruídos de fundo que nem sempre somos capazes de discriminar e sobre os quais não refletimos; de que as mentes de todos, incluindo as nossas, são

moldadas pelos ambientes onde vamos tendo o nosso crescimento e a nossa atuação.

Jacobs nota o erro de fazer juízos morais a partir de pontos de vista e modos de viver que outros não conheceram, ou não conhecem, e exemplifica-o indicando que alguém com a vida resolvida pode hoje ponderar ser um vegano, mas a maioria dos nossos antepassados, nem os nossos contemporâneos de muitos lugares, não podiam imaginar sequer nada de semelhante.

Aponta também que as falhas ou carências dos bons livros do passado não deveriam impedir-nos de tomar boa nota dos pontos em que o seu autor acertou plenamente e que, à partida, deveríamos atentar nos que tiveram a coragem de, por exemplo, não seguir essas convenções ou formas de pensar do seu tempo que agora constatamos erradas. A esse respeito, uma pertinente observação que recordo, e que Jacobs não cita, é a feita por Wayne Booth ao comparar o humor de François Rabelais com o de Geoffrey Chaucer, dois séculos separados um do outro: enquanto o humor do primeiro é misógino, o do segundo não o é.

Além disso, a forma de ler esses livros com os quais não concordamos não deverá ser a de criticar quem já está morto e não se pode defender mas, salienta Jacobs, a própria de quem tem um “pensamento generoso”, atitude que ilustra com um muito bom exemplo: a leitura que fez Ursula Le Guin da “Eneida” e que a levou a escrever o seu romance “Lavinia”, centrado na que veio a ser mulher de Eneias, um personagem que Virgílio cita, mas que não diz uma só palavra na sua obra.

Afirma Le Guin no epílogo do seu livro, que o escreveu como “um ato de gratidão para com o poeta, uma oferta amorosa”, pelo que respeitou a personalidade de Eneias tal como a descreveu Virgílio, e simplesmente propôs-se iluminá-la com o olhar que Lavinia pôde ter para ele, sem converter a sua narrativa num discurso feminista para leitores do século XXI.

A generosidade na leitura de uma obra do passado, afirma Jacobs, não é simplesmente assumir o melhor de determinado escritor ou texto do passado mas, mais, uma espécie de luta que nasce de levar o autor e o passado tão a sério de forma a discutir com ele, visto que, tal como diz Italo Calvino, “um clássico é um livro perante o qual não nos sentimos indiferentes, um livro que nos ajuda a definir-nos a nós mesmos em relação a ele, inclusivamente, em disputa com ele”.

Uma das citações em que se detém Jacobs é a famosa de Terêncio –“nada do que é humano me é alheio” –, para explicar que o poeta romano não diz que tudo nos deverá ser acessível, ou que tudo nos deverá parecer bem, ou de que temos de procurar sempre sentimentos de empatia, pois, por vezes, há sentimentos com tensões no seu interior que são para nós não apenas convenientes, como necessários para amadurecer. Outra citação que Jacobs comenta é uma de Simone Weil, onde afirma que devemos tentar discernir o eterno de todos os encontros humanos e que, para esse objetivo, é útil a leitura de livros antigos porque, sendo que no passado não encontramos

tanto alimento para as nossas paixões como nas coisas que nos tocam de perto, é mais fácil que apreciemos neles tanto as semelhanças, como as diferenças entre outras épocas e a nossa, e assim possamos melhor vir a reconhecer o eterno, o permanentemente verdadeiro.

Ao ler as reflexões que Jacobs faz sobre uma famosa frase de William Faulkner num romance (“Requiem for a Nun”) – “o passado nunca está morto, nem sequer é passado” –, veio-me à ideia a importância que dá C. S. Lewis, ao contar a sua evolução interior e intelectual em “[Surprised by Joy](#)”, no momento em que conseguiu superar o que designa por “orgulho cronológico”: essa disposição mental pela qual tantos aceitam acriticamente o clima intelectual da própria época e supõem que o antigo passou de moda e está desacreditado.

Recorda Jacobs também, nessa mesma linha de não olhar com condescendência o nosso passado e de tentar compreender os comportamentos dos que nos precederam, um antigo artigo de Chesterton onde falava da irmandade de toda a humanidade. Nele referia que “temos à nossa disposição toda a história como a nossa legítima herança”; mas, lamentavelmente, “se é verdade que o homem moderno é o herdeiro de todas as idades, muitas vezes é o tipo de herdeiro que diz ao advogado da família para vender toda a maldita propriedade... e que lhe dê dinheiro com que possa esbanjar, apostando em corridas ou visitando os clubes noturnos”. Outra abordagem do assunto, do mesmo Chesterton noutra artigo, é a de que o inteligente é que “leiamos os verdadeiros textos” de cada época, que não leiamos “os homens vivos que abordam temas mortos”, mas “os mortos que falam de temas vivos”.

L. D. G.

Cuidar das palavras, forma de resistência

A necessidade de captar a atenção no [mar revolto da opinião pública](#) propiciou uma dinâmica em que os desentendimentos têm prémio. Mas não estamos condenados a deixar que a mentalidade utilitária se imponha em detrimento da integridade. À máxima “grita mais e terá maior atenção dos outros”, podemos opor outra mais clarividente: “Cuida das palavras e faz o bem, ainda que não seja notado”.

No livro “[La sociedad de la intolerancia](#)”, o politólogo Fernando Vallespín dedica um capítulo a analisar as transformações sofridas pelo espaço público em consequência do *tsunami* digital. Talvez o traço que as resume a todas é que a nossa conversa em público se tornou caótica, desorganizada.

Em que consiste a desordem? Basicamente, no facto de já não existirem quaisquer filtros de entrada, nem uma seleção de temas cuidadosamente pensada. Graças ao telemóvel, “cada um pode tornar-se presente a todo o momento, em qualquer debate” e “através de todo o tipo de canais”. O resultado é uma cascata rapidíssima de *tweets*, *memes*, *gifs*..., que fazem da conversa pública um “não-território do qual já mal podemos sair”, uma sucessão de mensagens descontextualizadas que “o atravessa todo”.

Neste espaço público desorganizado, onde há cada vez menos tempo para pensar, ler ou escutar, alastra o pânico entre os comunicadores. “Nas condições desta economia da atenção, a ênfase deve colocar-se (...) na capacidade para gerar impacto”. Daqui desencadeia-se uma lista de incentivos perversos que vão deteriorando a qualidade do debate público: para quê demorar-se a cuidar das palavras, com a seleção de argumentos ou com a busca de tonalidades, se o que dá brado é “a contundência nas opiniões”, “o aviltamento visceral” ou as “atitudes polarizantes”?

A suposição implícita naqueles que aceitam estas regras de jogo é que a moderação constitui um estorvo e impede chegar ao maior número possível de pessoas; é um risco para a eficácia. Um exemplo paradigmático desta mentalidade são estas declarações do então deputado e, até final de 2022, presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, numa [entrevista](#) em 2011: “Sem contundência, não nos escutam. Temos excelentes parlamentares que explicam as suas ideias de forma educada e, por isso, não encontram eco nos meios de comunicação”.

Mas o problema não é somente dos populistas de direita. Em não poucos meios de comunicação de esquerda há vozes valiosas que se opõem à crítica em forma estereotipada dos adversários com notícias que despacham “a” etiqueta a torto e a direito: “ultra direita”, “ultraconservadores”, “ultra católicos”... Em vez de reservá-la para os verdadeiros extremistas, endossa-se a tudo o que acontece no lado dos etiquetados de anti progressistas, normalizando assim a ideia de que qualquer visão do mundo que se desvie da própria é fanática e ilegítima.

Compreende-se a preocupação em captar a atenção nesta onda de paixões. Mas a eficácia não é o único valor que importa na comunicação pública. À sua frente encontram-se a veracidade, a integridade, a boa fé...

Existe integridade na decisão de renunciar às palavras que são deliberadamente ofensivas e às faltas de respeito. Existe integridade no empenho em procurar levar a sério os argumentos do oponente e de resumi-los do melhor modo possível. Existe integridade em dedicar tempo a investigar factos de forma a escolher o adjetivo adequado. Existe integridade no esforço de explicitar os significados das palavras mais discutidas na opinião pública. Existe integridade na renúncia em montar uma “polémica” onde apenas há um desacordo legítimo de opiniões, etc.

Nenhum de nós é imaculado, mas nem por isso temos de renunciar a procurar e propor o ideal que consideramos o

melhor. Muito menos isto nos obriga a abdicar das nossas convicções, nem de um apaixonado (e necessário) confronto de ideias. O ideal tem a ver com o respeito e com a determinação de que as palavras dependentes de cada um não contribuam para conspurcar o espaço público.

Um contraexemplo da regra “grita mais e darão mais atenção a ti” é o oferecido pela escritora Irene Vallejo, que se converteu num fenómeno literário com base no cuidar da linguagem e de encarar os seus leitores como pessoas inteligentes. De qualquer forma, os seus escritos deixam bem claro que não a preocupa tanto a eficácia, como a integridade e as boas práticas.

“Tenho confiança, quase diria uma fé ancestral, na palavra”, dizia numa [entrevista](#) (“El País”, 19.4.2021). “Acho que é muito importante como se dizem as coisas. O problema não são tanto as opiniões, mas a maneira muitas vezes agressiva e violenta com que é utilizada a linguagem. (...) Tentei fazer dessa reflexão uma divisa: o cuidado, o respeito para com quem me fala, a escolha cuidada das palavras para que não haja agressividade”. E, com visível otimismo, acrescentava: “Essa forma de respeitar aqueles a quem dirigimos a palavra, no fim acaba por ser mais contagiosa do que pensamos”.

O entrevistador, o veterano jornalista Juan Cruz, comentou haver pessoas que encontraram “alívio para a sua dor” na leitura de “[El infinito en un junco](#)”. E ela confessa que o escreveu num período muito duro, enquanto cuidava do seu filho doente, “precisamente para centrar a atenção noutra coisa, para pensar em algo luminoso que me ajudasse a lidar com a situação. Escrevia quase de um modo terapêutico. E, daí, talvez o livro ter podido provocar esse mesmo efeito”.

E ainda nos brinda uma peróla final: “O meu avô paterno dizia uma frase que me marcou: ‘O bem não se nota’. Era uma pessoa que apostava muito no cuidado, evitava ferir as pessoas, ainda que elas não o viessem a saber. Dizia: ‘O mal é ruidoso, o bem não se nota, porque não range’. Agora, há muita gente que está a fazer o bem que não soa, e talvez devêssemos olhar à volta de nós para observar quantos estão a esforçar-se para que as coisas funcionem”.

J. M.

“Cuatro teorías sobre la expresión artística”

Autor: Ernst H. Gombrich
Rialp. Madrid (2021)
88 págs.

Embora tenhamos a tendência de pensar que a arte expressa emoções subjetivas, na realidade essa forma de compreender a práxis criativa é relativamente recente. No concreto, constitui uma herança romântica, visto que foi no arrebatamento do romantismo que a cultura despertou para o mito da autenticidade, como se Praxiteles, Rembrandt ou Velázquez tivessem falsificado os seus sentimentos. Gombrich, o autor da famosa “História da Arte”, questiona esta conceção em duas breves mas profundas conferências publicadas nos anos noventa do século passado pela revista cultural “Atlántida” e que a Rialp editou de forma conjunta.

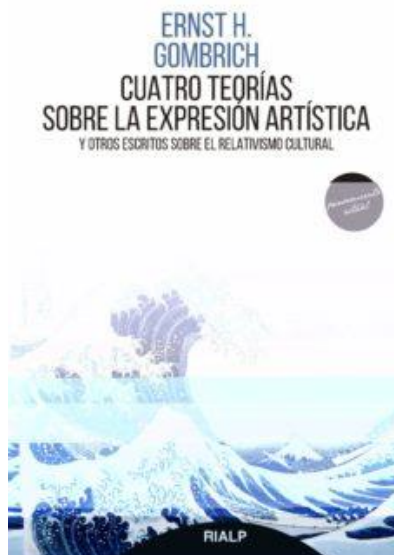
Antes de se ter imposto a quimera da genialidade, Virgílio, Bach ou Velázquez tiveram de se esforçar para entregar as suas obras com a pontualidade que leva o lojista a abrir negócio. Mais tarde, o artista acostumou-se a uma vida lânguida, à espera da dádiva das musas, esquecendo que a estética está ligada à realidade, à experiência, à corporalidade. A arte é algo de objetivo, não apenas porque o criador se saiba participante de uma tradição, como porque muitas das condições da obra – do material até à destreza, ao critério de perfeição ou à técnica – são mais determinantes do que a experiência subjetiva.

Para um grego, a grandeza da arte residia no seu poder para suscitar emoções no espectador. Embora o Renascimento defendesse outra abordagem, Gombrich aponta que nem então se separou por completo da objetividade, porque se acreditava que a arte era chamada a refletir a realidade... figurativamente.

A única forma de rebater o subjetivismo estético, pensa Gombrich, é com uma suposição: e se a atividade artística – interroga-se – seguir uma trajetória diferente e o artista, em vez de ficar obcecado em expressar aquilo que guarda no seu íntimo, enfrentar primeiro os signos expressivos, procurando por meio do seu trabalho responder ao chamamento da tela, de uma cor, dos veios sinuosos do mármore ou de uma palavra?

Nestas conferências, Gombrich questiona o historicismo estético: algum fundamento comum devemos ter, se conseguirmos vislumbrar sentido nas catedrais góticas, mas também em expressões estéticas mais afastadas, como as pinturas rupestres ou as danças tribais. Existem diferenças e estamos conscientes delas graças às lições da antropologia cultural, mas que saia arte onde o homem coloca a sua marca é um milagre que este valioso livro ajuda a esclarecer um pouco.

J. C.



“Bullshit: contra la charlatanería”

“Calling Bullshit”

Autores: Carl T. Bergstrom, Jevin D. West
Capitán Swing. Madrid (2021)
416 págs.

O aparente enigma de que a sociedade mais informada seja, simultaneamente, a mais suscetível à manipulação, pode ser resolvido com uma analogia. Como acontece com a riqueza, o importante da informação não é a quantidade disponível, mas a possibilidade de aceder a ela. Não somos uma sociedade informada, mas uma sociedade com um potencial quase infinito para se informar, e nessa diferença mergulha a obra dos professores Bergstrom e West.

“Bullshit”, termo que engloba os dados mal apresentados, a seleção aproveitadora de determinados factos relativamente a outros, as estatísticas improvisadas, as extrapolações sem fundamento e dezenas mais de armadilhas intelectuais, admite diversas traduções – a mais literal seria “estrume”, para recorrer ao eufemismo –, mas pode identificar-se, mais ou menos, com o irmão sofisticado das notícias falsas. Se estas recorrem à mentira de um modo mais ou menos dissimulado, o *bullshit* reforce tanto a verdade que o seu efeito é igualmente insidioso.

Dos diversos modos adotados pela conversa fiada, os autores centram-se na relacionada com as ciências, num tom didático e construtivo que faz de “Bullshit” um bom manual para detetar e desmontar as mentiras que ocultam, demasiadas vezes, nú-

meros e gráficos. A experiência deles como investigadores permitiu-lhes desenvolver várias técnicas que, além do mais, não exigem grandes conhecimentos matemáticos ou estatísticos. Uma delas, e das mais eficazes, consiste em desconfiar quase por princípio do que na imprensa popular se costuma apresentar como uma relação de causalidade. O mau uso que é feito dos gráficos para apresentar dados, tem também um tratamento exaustivo. O princípio geral é que “se uma afirmação parece demasiado boa ou demasiado má para ser certa, provavelmente é falsa”.

Muitos dos casos examinados no livro provêm dos meios de comunicação generalistas, e poderiam ser detetados aplicando espírito crítico e um ceticismo moderado. No entanto, as lições que apresentam são impagáveis quando abordam a falta de rigor de determinados estudos científicos, envolvidos numa nebulosa matemática que os autores balizam com precisão. Até o leitor mais refratário aos números pode aprender a ultrapassar a gíria académica, e a detetar quando se enfrenta uma dose – deliberada ou não – de *bullshit*. A má notícia é que o passo posterior, que seria convencer um terceiro de que esse “estudo científico” citado é uma patranha, exige “um esforço que multiplica por dez o investido em gerá-la”. A boa notícia é que, como repetia uma popular série dos anos 90 do século passado, a verdade está aí fora.

D. P.

